

1 ATA DA 515ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA  
2 CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025  
3

4 No dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no Pleno Judicial, 5º  
5 andar do edifício sede do Tribunal de Justiça de Rondônia, os membros do Conselho  
6 Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP reuniram-se ordinariamente  
7 presencial e por videoconferência, presente o Presidente do CNPCP, Douglas de Melo  
8 Martins, e os seguintes membros: Aline Ramos Moreira; Arthur Richardisson Evaristo  
9 Diniz; André Alisson; Bruno César Gonçalves da Silva; Bruno Dias Cândido; Davi Marcio  
10 Prado Silva; Graziela Paro Caponi; Herbert Santos; Patrícia Vilella Marino; Marcus  
11 Castelo Branco Alves Semeraro Rito; Márcia de Alencar;; Rafael Velasco Brandani; Susan  
12 Lucena Rodrigues; Paulo Augusto Oliveira Irion. Ausências: André de Albuquerque  
13 Garcia; Caroline Santos Lima; Carlos Eduardo; Cíntia Rangel Assumpção; Luciana  
14 Gomes Ferreira de Andrade; Kátia Regina de Abreu; Murilo Andrade de Oliveira; Pierpaolo  
15 Cruz Bottini; Walter Nunes da Silva Junior. O Presidente do Conselho Nacional de Política  
16 Criminal e Penitenciária (CNPCP), Douglas de Melo Martins, iniciou a apresentação  
17 saudando a todos e agradecendo, em particular, ao Presidente do Tribunal de Justiça do  
18 Estado de Rondônia, Desembargador Raduan Miguel Filho e ao Secretário Estadual da  
19 Justiça do Estado de Rondônia, Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, pela  
20 acolhida ao grupo do CNPCP e parabenizando-o pela superação de muitos dos  
21 problemas anteriormente detectados. O Presidente, em seguida, expôs alguns trabalhos  
22 concluídos pelos GTs do CNPCP e elencou alguns dos tópicos a serem debatidos durante  
23 a reunião: a recomendação que trata sobre o uso medicinal da Cannabis; uma proposta  
24 também em relação ao crime organizado, além do debate sobre a inspeção realizada em  
25 Franco da Rocha/SP. Após os informes iniciais e a conclusão da mesa de abertura, o  
26 Presidente declarou aberta a 515ª Reunião Ordinária do CNPCP e iniciou a discussão  
27 sobre a Inspeção realizada na Penitenciária de Urso Branco, destacando que, embora  
28 tenha percebido uma evolução significativa no sistema penitenciário do Estado de  
29 Rondônia, também identificou desafios que ainda precisam ser enfrentados. Em seguida,  
30 o Presidente Douglas saudou a Presidente da OAB, os membros do Conselho  
31 Penitenciário e demais autoridades convidadas, convidando todos a participarem do II  
32 ENACOPEN, nos dias 12 e 13 de maio. Anunciou que a ideia é lançar, no evento, o  
33 Formulário de Inspeção Prisional Eletrônico no qual os Conselhos Penitenciários e os  
34 Conselhos da Comunidade poderão realizar suas inspeções e lançar diretamente no  
35 sistema. Informou sobre a distribuição de kits contendo equipamentos eletrônicos, como

tablets, notebooks e smartphones para os COPENs e Conselhos da Comunidade que compareceram ao evento. O Presidente Douglas solicitou à Conselheira Patrícia que iniciasse a apresentação da proposta de minuta do Grupo de Trabalho (GT) sobre Cannabis Medicinal. A Conselheira Patrícia informou que o documento foi elaborado ao longo de um ano, com a realização de cinco audiências públicas, reuniões semanais com os Conselheiros e discussões que contaram com a participação de assessores técnicos. O Conselheiro Irion destacou os trabalhos realizados e comentou sobre os relatos de pessoas que dependem da Cannabis Medicinal e sofreram perseguição criminal pelo uso. Abordou que o momento era propício para os debates e expressou a expectativa de concluir a proposta na próxima reunião ordinária, no Rio de Janeiro, ainda durante a atual gestão. Foi dada a palavra ao representante da SENAD/MJSP, Pedro Bertolucci Keese, que manifestou seu entusiasmo com a iniciativa do CNPCP de avançar no tema. O Presidente Douglas, nesse momento, sugeriu que os(as) conselheiros(as) fizessem questionamentos, ponderações ou objeções sobre a minuta. O Conselheiro Bruno César destacou pontos da proposta de recomendação para reflexão que seriam o Parágrafo 1º e Parágrafo 3º do Artigo 3º. Quanto ao Parágrafo 1º, o Conselheiro indagou se, em uma recomendação do CNPCP, seria possível estabelecer o conceito de "finalidade medicinal", uma vez que não se trata de um conceito relacionado à política criminal. No Parágrafo 3º, mesmo questionamento, porém com o conceito de finalidade terapêutica. Assim, sugere a supressão dos parágrafos sem prejuízo da manutenção da íntegra do texto, pois defende ser elementos normativos que não compete ao CNPCP incluir na citada resolução. Além disso, acrescenta a sugestão de também suprimir o Parágrafo 1º do Artigo 13º, pois também trata de definir o que são associações de pacientes de Cannabis Medicinal, que segundo o Conselheiro, não é da alçada do CNPCP. O Conselheiro Davi corroborou com a fala do Conselheiro Bruno César alegando que, manter os referidos parágrafos no documento, extrapola a competência do CNPCP. A Conselheira Márcia sugeriu fazer ajustes nos parágrafos, mas não os suprimir. O Conselheiro Irion trouxe alguns argumentos para contribuir com as reflexões e manter os citados parágrafos. Pontuou que a SENAD contribuiu e anuiu com a proposta da minuta de recomendação; o CONAD editou uma recomendação na qual não há a definição do que seria o uso medicinal, terapêutico ou uso social, deixando um vácuo; e ainda, citou o Plano do CNPCP. O Conselheiro Irion defende que é necessário manter a classificação nos parágrafos para que os agentes da perseguição criminal tenham concretamente elementos para esse prévio julgamento. A Conselheira Patrícia abordou que gostaria que os conselheiros levassem em consideração o fato de que a SENAD não apontou nenhuma

divergência ou infringência na minuta apresentada. Sugeriu que esse tema seja abordado pelo CONAD em uma próxima reunião e propôs a adição de um parágrafo na recomendação, indicando que o CONAD se posicionará futuramente sobre o assunto. Ainda, recomendou que o documento seja votado dentro dessa gestão. O Conselheiro Bruno lembrou que, em minutas passadas havia várias recomendações ao CONAD e a conclusão que se chegou foi de que o CNPCP como Conselho não teria atribuição para recomendar outro conselho. O Conselheiro Bruno também destacou que, na sua opinião, o fato de a SENAD ter feito a revisão do texto não esvazia a discussão acerca da propriedade de manter ou não uma definição que não é de cunho político criminal em uma recomendação. O Conselheiro Davi destacou que não cabe ao CNPCP definir a extensão do que é a finalidade medicinal do que é a finalidade terapêutica e que a tarefa do CNPCP é balizar a atividade estatal dos agentes durante a persecução penal ao se depararem com esses casos. A Conselheira Patrícia assegurou que o GT trabalhou no documento junto a outros órgãos com o compartilhamento de conhecimentos e com o resguardo de competências. Pedro Bertolucci Keese representante da SENAD deixou claro que sua participação na reunião se deve ao interesse em acompanhar as discussões e fazer outros tipos de movimentação política que cabem à SENAD. O Presidente Douglas Martins solicitou a colaboração da SENAD na construção, se possível, do consenso para aprovação da minuta sobre Cannabis Medicinal. O tema foi retirado de pauta. O Presidente passou para o próximo ponto de pauta: Relatório de Inspeção em Franco da Rocha – SP e delegou a Presidência da reunião ao Conselheiro Davi, visto que precisou se ausentar por instantes. A Conselheira Patrícia iniciou a explanação ressaltando que o relatório é extenso, já foi distribuído aos conselheiros e a Unidade Prisional não é condenada pela Corte, mas é uma unidade absolutamente condenável. Destacou que é uma unidade prisional estabelecida dentro de um património histórico tombado; há denúncias de práticas de tortura e pedido de interdição. O Conselheiro Irion expôs alguns problemas na Unidade como: número irrisório de presos que tem trabalho externo; problemas com infestação de baratas, percevejos etc. Finalizou alertando que o CNPCP tem que se posicionar em relação a essa Unidade Prisional e ainda, adentrar com mais profundidade no Sistema Prisional de São Paulo. O Conselheiro Davi Márcio, como Presidente Interino, asseverou que, em razão de muitos dos conselheiros precisarem se ausentar, o quórum estava muito diminuto. Definiu que os Conselheiros já tomaram conhecimento do relatório e a votação das diretrizes ficariam suspensas até a próxima reunião ordinária ou extraordinária, a ser definida pelo Presidente Douglas. A orientação do Presidente Douglas é elaborar um ofício solicitando esclarecimentos ao Secretário de

Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e mais adiante, o Conselho, já com a resposta do secretário, poder proferir decisões acerca do Relatório. Seguindo para o próximo item, passou a palavra ao Conselheiro Herbert, Relator do GT – Crime Organizado, que apresentou o documento que tem como principal finalidade o tratamento do crime organizado no Brasil, abordando os desafios, as estatísticas, as lacunas normativas e as potencialidades das políticas públicas em vigor na área. O Conselheiro sugeriu encaminhar o estudo para o Ministro da Justiça, para a SENAPPEN e para os governos estaduais. O Relatório do GT – Crime Organizado foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente Douglas fez um resumo do andamento dos Grupos de Trabalho (GTs): para o GT do Crime Organizado, foi sugerido que se reunisse para definir se deseja continuar com os trabalhos ou se dará por encerrado; sobre o GT do ENACOPEN foi informado que o CNPCP conseguiu junto a Receita Federal a doação de equipamentos para instrumentalizar os COPENs e Conselhos da Comunidade; GT – Drogas apresentou uma entrega hoje que foi objeto de discussão; o GT - Política Criminal voltada a pessoas em situação de rua fará pelo menos duas Resoluções já para a próxima reunião; os demais GTs foi informado que estão em andamento e, em breve, apresentarão suas minutas. Ao finalizar os informativos, o Presidente solicitou que os GTs façam as entregas que forem possíveis nos próximos dois meses. Com a pauta finalizada, o Presidente Douglas de Melo Martins expressou os agradecimentos a todos os presentes e, em seguida, encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Carmen Dulce de Britto Freire Dourado, Assessora do CNPCP, e revisada por Isabelle Christinne Araújo Costa, Secretária-Executiva do Conselho.

Conselheiro Douglas de Melo Martins  
Presidente